

Fundação Amália Vanzella Toniello

Balanco patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	42.966	27.711	Fornecedores	7	3.813	3.636
Outros créditos		7.732	4.699	Salários e encargos sociais	8	4.831	4.194
Total do ativo circulante		50.698	32.410	Impostos e contribuições a recolher	9	592	507
				Provisão para férias	10	3.762	4.423
Não circulante				Subvenções governamentais		1.481	-
Imobilizado	5	12.646	25.524	Total do passivo circulante		14.479	12.760
Intangível	6	2.640	5.808				
Total do ativo não circulante		15.286	31.332	Patrimônio líquido	11	51.505	50.982
Total do ativo		65.984	63.742	Patrimônio social		65.984	63.742
				Total do passivo e do patrimônio líquido			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Amália Vanzella Toniello

Demonstração do resultado do exercício

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Doações recebidas	12	661.000	579.200
Subvenções governamentais	12	22.269	-
Receita líquida		<u>683.269</u>	<u>579.200</u>
Custos educacionais	13	(309.627)	(255.997)
Resultado bruto		<u>373.642</u>	<u>323.203</u>
Despesas e receitas operacionais			
Pessoal	14	(126.416)	(68.406)
Administrativas e gerais	15	(244.470)	(239.634)
		<u>(370.886)</u>	<u>(308.040)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>2.756</u>	<u>15.163</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(2.233)</u>	<u>(1.082)</u>
Superávit do exercício		<u>523</u>	<u>14.081</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fundação Amália Vanzella Toniello

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	Patrimônio social	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	36.901	-	36.901
Superávit do exercício	-	14.081	14.081
Incorporação do superávit com o patrimônio social	14.081	(14.081)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	50.982	-	50.982
Superávit do exercício	-	523	523
Incorporação do superávit ao patrimônio social	523	(523)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	51.505	-	51.505

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fundação Amália Vanzella Toniello

Demonstração do fluxo de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	523	14.081
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	16.046	15.447
Varição de contas ativo e passivo		
Outros créditos	(3.033)	(3.221)
Fornecedores	177	(1.039)
Obrigações trabalhistas	(24)	2.675
Obrigações tributárias	85	(263)
Subvenções governamentais	1.481	-
Recursos líquidos provenientes das operações	<u>15.255</u>	<u>27.680</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizados	-	(5.785)
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(5.785)</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>15.255</u>	<u>21.895</u>
Varição do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	42.966	27.711
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.711	5.816
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>15.255</u>	<u>21.895</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fundação Amália Vanzella Toniello

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em reais

1 Contexto operacional

A Fundação Amália Vanzella Toniello ("Fundação") é uma entidade sem fins lucrativos de duração indeterminada, com a aplicação integral de suas rendas, recursos e resultados eventuais na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos institucionais.

Rege-se por Estatuto Social, instituído em dezembro de 2018, com sede e foro na cidade de Ribeirão Preto SP, e tem objetivo o desenvolvimento de projetos educacionais, programas de inclusão social, criação de centros educacionais, programas de assistência a crianças e adolescentes, e realização de projetos para os familiares dos menores assistidos. O início de suas atividades se deu em abril de 2019.

Os valores arrecadados são repassados 100% aos projetos supracitados e é vedada a distribuição de qualquer parcela do patrimônio ou dos rendimentos da Fundação, sob qualquer forma, a título de participação no resultado.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1), e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), adaptadas às peculiaridades de Entidades sem finalidade de lucros—(ITG 2002 (R1)).

A Administração avaliou a capacidade da Fundação em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras incluindo as notas explicativas são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja emissão das demonstrações financeiras foi autorizada em 19 de janeiro de 2024.

b Mensuração de valor



As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Fundação.

d Aplicação de julgamento e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras

O processo de elaboração das demonstrações financeiras, conforme as normas aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1), envolvem a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- Vida útil de ativos de longa duração.
- Passivos contingentes
- Teste de redução do valor recuperável de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido as imprecisões inerentes ao processo de estimativa.

Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas pela Fundação nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

a Instrumentos financeiros

A Fundação classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos por atender as condições da seção 11 da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, portanto, é ativo financeiro básico: i) caixa e equivalentes de caixa. O passivo financeiro básico é: i) fornecedores.

O ativo e passivo financeiro básico são mensurados pelo custo amortizado.

A Fundação reconhece o ativo e o passivo financeiro básico inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.



Após o reconhecimento inicial, o ativo e o passivo financeiro básico são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativo financeiro registrado pelo valor justo por meio do resultado é medido pelo valor justo, e mudanças no valor justo desse ativo são reconhecidas no resultado do exercício.

A Fundação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Fundação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

O ativo e o passivo financeiro básico são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades pertencentes à Fundação são representadas pelos recursos mantidos de saldos de livre movimentação das aplicações financeiras e de saldos com restrição de depósitos bancários.

c Imobilizado

c.1 Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada acrescido e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor líquido contábil do imobilizado, são reconhecidos em receitas/despesas operacionais no resultado.

c.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A depreciação é reconhecida no resultado. A depreciação é cessada quando o valor líquido contábil atinge o valor residual final do bem.



d Provisão para redução ao valor recuperável de ativo (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Fundação revisou o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

e Intangível

Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de licenças de softwares.

É avaliado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

f Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando o valor possa ser estimado com suficiente segurança.

As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

g Obrigações tributárias

A Fundação é pessoa jurídica imune da incidência do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e, por consequência, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), bem como das contribuições ao PIS e à COFINS sobre o faturamento e demais receitas.

No entanto, a Fundação está sujeita ao pagamento da contribuição ao PIS sobre o montante global das remunerações mensais pagas, devidas ou creditadas aos trabalhadores assalariados por meio de suas folhas de pagamento, à alíquota de 1%.

h Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com prazos inferiores ao encerramento do próximo exercício social estão classificadas no circulante, e as com prazos superiores no não circulante.



i Subvenção governamental

A subvenção governamental corresponde as contribuições provenientes de parcerias com entidades públicas da esfera municipal, firmadas em contratos, com valores, condições e prazos de recebimento estipulados. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, os valores a receber são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

As parcerias a receber são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

j Reconhecimento de receita

O resultado das operações (superávit ou déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, independentemente, portanto, do seu efetivo recebimento ou pagamento. Todas as receitas são destinadas aos fins institucionais da Fundação e, portanto, são consideradas operacionais.

As receitas auferidas são provenientes de doações efetuadas em parceria com empresas e pessoas físicas; e da subvenção governamental firmada em 11 de julho de 2023.

k Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	1.165	-
Banco C/Movimento – Recursos com Restrição	934	-
Aplicações Financeiras – Recursos Livres	40.867	27.711
	<u>42.966</u>	<u>27.711</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Fundação.



5 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	2023	2022
				Líquido	Líquido
Instalações	10%	2.278	(1.025)	1.253	1.481
Móveis e utensílios	10%	1.495	(199)	1.296	22.598
Equipamentos de informática	20%	62.505	(52.408)	10.097	1.445
		66.278	(53.632)	12.646	25.524

Não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis ("impairment").

a Movimentação do custo histórico

	1º/1/2022	Adições	31/12/2022	31/12/2023
Instalações	2.278	-	2.278	2.278
Móveis e utensílios	-	1.495	1.495	1.495
Equipamentos de informática	58.215	4.290	62.505	62.505
	60.493	5.785	66.278	66.278

b Movimentação da depreciação

	1º/1/2022	Adições	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Instalações	(569)	(228)	(797)	(228)	(1.025)
Móveis e utensílios	-	(50)	(50)	(149)	(199)
Equipamentos de informática	(27.906)	(12.001)	(39.907)	(12.501)	(52.408)
	(28.475)	(12.279)	(40.754)	(12.878)	(53.632)

6 Intangível

	Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	2023	2022
				Líquido	Líquido
Licenças de softwares	25%	15.840	(13.200)	2.640	5.808

Não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis ("impairment").

c Movimentação do custo histórico

	2023	2022
Licenças de softwares	15.840	15.840



d **Movimentação da amortização**

	<u>1º/1/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2023</u>
Licenças de softwares	(6.864)	(3.168)	(10.032)	(3.167)	(13.200)

7 Fornecedores

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores de materiais e serviços	<u>3.813</u>	<u>3.636</u>

O saldo é composto por valores de compras de materiais, produtos e ou serviços utilizados na manutenção da operação da Fundação.

8 Salários e encargos sociais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários a pagar	1.260	1.437
Pis sobre folha	121	90
INSS a recolher	2.557	1.908
FGTS a recolher	787	581
Contribuição sindical a recolher	36	80
IRRF sobre folha	70	98
	<u>4.831</u>	<u>4.194</u>

9 Provisão para férias

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão Férias	2.770	3.233
Provisão INSS	742	899
Provisão FGTS	222	259
Provisão PIS sobre folha	28	32
	<u>3.762</u>	<u>4.423</u>

10 Subvenção governamental

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Subvenção governamental	25.231	-
Subvenção a apropriar	(23.750)	-
	<u>1.481</u>	<u>-</u>



11 Patrimônio líquido

a Patrimônio social

Constituído pela doação patrimonial inicial, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício. O valor do patrimônio social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 51.505(R\$ 50.982em 2022).

12 Receitas operacionais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Doações recebidas	661.000	579.200
Subvenções governamentais	22.269	-
	<u>683.269</u>	<u>579.200</u>

A receita da Fundação Amália Vanzella Toniello é decorrente do recebimento de doações de Empresas privadas e, em 2023 a Fundação firmou o termo de fomento 229/2023 com a prefeitura de Ribeirão Preto para pagamento da folha de pagamento da Assistente Social contratada.

13 Custos educacionais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Cursos SENAI	(233.867)	(199.173)
Vale transporte	(33.085)	(29.844)
Refeições	(36.860)	(23.224)
Uniformes	(5.815)	(3.756)
	<u>(309.627)</u>	<u>(255.997)</u>

14 Despesas com pessoal

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários e ordenados	(68.616)	(35.760)
INSS	(19.933)	(11.531)
Vale refeição e alimentação	(12.431)	(8.118)
Férias e encargos	(9.185)	(4.184)
13º salário e encargos	(6.227)	(3.324)
FGTS	(6.215)	(3.297)
Assistência médica	(1.537)	(310)
PIS sobre folha de pagamento	(807)	(430)
Outros benefícios	(1.465)	(1.452)
	<u>(126.416)</u>	<u>(68.406)</u>



15 Despesas administrativas e gerais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Aluguéis	(121.334)	(115.149)
Manutenção instalações prédio	(40.238)	(38.974)
Processamento de dados	(16.890)	(16.468)
Energia elétrica	(13.599)	(22.805)
Depreciações e amortizações	(16.046)	(15.448)
Serviços técnicos profissionais	(7.710)	(13.964)
IPTU	(7.296)	(1.005)
Publicidade e propaganda	(8.279)	(1.543)
Impressos e materiais de escritório	(2.631)	(631)
Material uso e consumo	(1.524)	(3.330)
Prêmios de seguros	(803)	(847)
Telecomunicações	(130)	(647)
Despesas diversas	(7.990)	(8.823)
	<u>(244.470)</u>	<u>(239.634)</u>

16 Contingências

A Fundação não é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários ou outras.

Os registros contábeis e as operações da Fundação estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações durante os prazos prescricionais, consoante a legislação aplicável.

17 Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem a disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento de tributos sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Fundação.

O entendimento da Administração da Fundação é que suas rendas decorrem de suas atividades próprias e, portanto, não são sujeitas a tributação do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro, e do PIS e da COFINS sobre suas receitas. Entretanto, caso estivesse sujeita ao pagamento dessas contribuições sobre suas receitas (exceto de aplicações financeiras), no regime cumulativo, por exemplo, teria apurado, no exercício de 2023, os seguintes montantes de PIS e da COFINS, respectivamente, R\$ 4.441 e R\$ 20.498 (em 2022, R\$ 3.765 e R\$ 17.376). O conceito de "atividade própria" é definido como sendo qualquer



atividade ou transação cuja renda viabilize, no todo ou em parte, exclusivamente, a manutenção e a realização dos objetivos sociais da Fundação.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que pudesse afetar de maneira significativa a Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais e legais.

18 Gestão de riscos

As operações da Fundação estão expostas a riscos da operação, como os riscos de taxa de juros e de liquidez. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração da Fundação, que faz o gerenciamento no sentido de minimizá-los mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos permanentes.

19 Cobertura de seguros

A administração da Fundação mantém cobertura de seguro predial contra incêndio, queda de raio e explosão, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.



Tiago Toniello
Diretor Presidente



Maria Edineia Ferreira
Contadora
CRC nº 1SP318880/O-7